

Majoria defende o presidencialismo

A forma de Governo preferida dos constituintes do DF é o presidencialismo, com mandato para presidente da República de cinco anos. Os argumentos mais comuns em defesa do presidencialismo afirmam que este regime de Governo é a tradição do País, e que o aperfeiçoamento que deveria receber é o fortalecimento do Legislativo e do Judiciário.

Segundo a deputada Márcia Kubitschek (PMDB), o presidencialismo é o regime de Governo "que melhor serve ao País, já que o Brasil tem partidos fracos, inadequados, portanto, à adoção do parlamentarismo". Para ela, cinco anos é o período "ideal" do mandato presidencial. "Quatro anos é pouco para se realizar um projeto de Governo e seis anos seria desgastante politicamente", justificou a deputada.

Esta argumentação é a mesma usada pelo senador Meira Filho (PMDB) e pelos deputados Francisco Carneiro (PMDB) e Jofran Frejat (PFL) para explicarem sua escolha pelo presidencialismo com mandato de cinco anos. De acordo com o senador, o presidencialismo "é o regime de tradição" e o que precisa para ser fortalecido "é que os políticos realmente o façam funcionar".

Os outros presidencialistas da bancada do DF são dois: o senador Maurício Corrêa (PDT) e o deputado Valmir Campelo pelo (PFL). Mas, para estes parlamentares, o mandato presidencial deveria ser de quatro anos. Isso porque, disse o senador Maurício Corrêa, o mandato de quatro anos "é uma tradição latina", que poderia vir acompanhada da possibilidade do presidente da Re-

pública ser reeleito.

Os quatro anos, na sua opinião, é tempo suficiente para um Presidente realizar um bom Governo, e, caso a gestão estivesse dando certo, o governante poderia tentar a reeleição. Além do que, "o presidencialismo é o regime de Governo que permitiria a continuidade do desenvolvimento político do País", situação que, com o parlamentarismo, "sofria solução de continuidade".

O que mais preocupa o deputado Valmir Campelo (PFL) em relação ao parlamentarismo é a figura da moção de censura e de desconfiança. Segundo o deputado, estes dois tipos de moções resultam na queda do primeiro-ministro e do presidente, situação que abriria a possibilidade de uma rotatividade intensa no poder. "Isso desestabilizaria o País".